



ISSN 2763-6739



MESTRADO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva:  
desafios e prevenção de estafas para professores de  
educação infantil**

<http://doi.org/10.5212/RevTeiasConhecimento.2024.23642>



**Salete Szymonka\***

<http://lattes.cnpq.br/7433185571811040>



**Everson Manjinski\*\***

<https://orcid.org/0000-0002-8427-5129>



<http://lattes.cnpq.br/1080213560778828>



\* Especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade de Educação São Brás e Professora do Município de Carambeí/PR.

✉ [saahszymonka@gmail.com](mailto:saahszymonka@gmail.com)

\*\* Pós-doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), e Professor do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação Inclusiva da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROFEI/UEPG).

✉ [emanjinski@uepg.br](mailto:emanjinski@uepg.br)

**Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva:  
desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

**Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva:  
desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

**RESUMO:** A inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares de educação infantil apresenta diversas dificuldades para os professores. O objetivo deste estudo é identificar as barreiras significativas e desenvolver estratégias para criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em revisões bibliográficas e observações da prática em sala de aula. Os resultados indicam que a sobrecarga docente é um desafio constante, impactando a saúde física, emocional e mental dos professores. Conclui-se que a responsabilidade pela educação inclusiva deve ser compartilhada por professores, sistema educativo, políticas públicas e sociedade. É essencial implementar estratégias eficazes para apoiar os professores, garantindo uma educação de qualidade para todos.

**Palavras-chave:** Professor; educação infantil; direitos humanos; educação inclusiva.

**Valuing Human Rights in Inclusive Education:  
Challenges and Burnout Prevention for Early Childhood Education  
Teachers**

**ABSTRACT:** The inclusion of students with special needs in regular early childhood education classrooms presents various challenges for teachers. The aim of this study is to identify the significant barriers and develop strategies to create a more inclusive and welcoming educational environment. This qualitative research is based on a literature review and classroom practice observations. The results indicate that teacher overload is a constant challenge, impacting the physical, emotional, and mental health of educators. It is concluded that the responsibility for inclusive education must be shared by teachers, the educational system, public policies, and society. Implementing effective strategies to support teachers is essential to ensure quality education for all.

**Keywords:** Professor; early childhood education; human rights; inclusive education.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares tem sido um avanço significativo no campo da educação, promovendo oportunidades iguais de aprendizagem e a convivência entre todos os alunos. No entanto, essa prática apresenta diversos desafios para os professores de educação infantil, que enfrentam demandas específicas e complexas em seus ambientes escolares.

Este estudo busca analisar as dificuldades enfrentadas por esses profissionais e propor estratégias para superá-las, a fim de criar um ambiente educacional mais inclusivo e acolhedor. Observa-se que as lacunas no currículo de formação dos professores, aliadas à ausência de suporte institucional, representam uma problemática significativa, impactando diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos docentes.

Os professores de Educação Infantil frequentemente lidam com uma sobrecarga de trabalho, incluindo a adaptação curricular para atender às diversas necessidades dos alunos, questões comportamentais e emocionais, e a pressão por resultados positivos. Essas demandas adicionais podem levar a sintomas de estafa, ansiedade e esgotamento físico e emocional.

As lacunas no currículo dos professores de educação infantil, aliadas à ausência de suporte do setor da educação, a escassez de recursos e a ausência de políticas eficazes representam uma problemática significativa que impacta diretamente a qualidade do ensino e o bem-estar dos profissionais da área, que prejudicam a capacidade dos professores de atender às necessidades específicas dos alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais. A promoção de um ambiente inclusivo exige não apenas mudanças estruturais nas escolas, mas também uma transformação na mentalidade social e educacional.

É fundamental que as questões relacionadas à saúde dos professores sejam consideradas pelas instituições educacionais e órgãos competentes, implementando estratégias para lidar com o estresse e a ansiedade, e promovendo condições de

**Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva:  
desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

trabalho que equilibrem as demandas profissionais com o bem-estar pessoal.

Este estudo destaca a necessidade de políticas públicas que atendam à realidade do trabalho dos professores de Educação Infantil diante da inclusão, garantindo que esses profissionais recebam o suporte necessário para que possam enfrentar as demandas complexas desse contexto educacional, contribuindo para a construção de uma escola mais inclusiva e humanística.

A partir de observações e reflexões acerca do trabalho realizado atualmente, evidencia a necessidade de um olhar voltado ao profissional atuante nas salas de aula regulares, especialmente na educação infantil. A cada dia que passa, observa-se que surgem novos desafios e situações em relação à Educação Inclusiva quanto às ações práticas.

A necessidade de atender às demandas diversificadas dos alunos inclusivos, adaptar o currículo, lidar com questões comportamentais e emocionais, além da pressão por resultados positivos, podem levar a sintomas de estafa, ansiedade, esgotamento físico e emocional dos profissionais.

Além disso, a falta de suporte adequado por parte das instituições educacionais, a escassez de recursos e a ausência de políticas eficazes, podem trazer prejuízos à saúde e ao bem-estar dos profissionais.

É fundamental que as questões relacionadas a saúde dos professores sejam levadas em consideração pelas instituições educacionais e órgãos competentes, garantindo estratégias para lidar com o estresse, ansiedade, entre outros, bem como condições de trabalho que promovam um equilíbrio saudável entre as demandas profissionais e o bem-estar pessoal no contexto infantil.

Diante disso, este estudo destaca a necessidade de políticas públicas que atendam à realidade do trabalho dos professores de Educação Infantil diante da inclusão. Garantir que esses profissionais recebam o suporte necessário é crucial para que possam enfrentar as demandas complexas desse contexto educacional.

Embora as leis possam estabelecer diretrizes e princípios inclusivos, a realidade da implementação pode variar e nem sempre refletir o que está estabelecido no papel. Além disso, pais, educadores e defensores dos direitos das crianças, desempenham um papel fundamental na cobrança e no monitoramento da implementação das leis relacionadas à inclusão da educação infantil.

Diante de tais reflexões, a necessidade de chamar a atenção das políticas públicas para a realidade do trabalho do professor de educação infantil diante da inclusão é crucial para garantir que os profissionais desse campo recebam o suporte necessário para atender às demandas complexas e diversas que surgem nesse contexto educacional. Essa abordagem contribui significativamente para a construção de uma escola mais inclusiva e humanística.

## **2. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**

Geração após geração, os direitos humanos representam uma evolução de conceitos e uma ampliação da compreensão dos direitos inerentes a todos os seres humanos.

Para Carvalho (2016), a educação é o maior princípio do Estado Democrático do Direito:

O direito à educação constitui-se em um dos componentes do princípio maior do Estado Democrático de Direito: a dignidade da pessoa humana, visto que a efetivação de tal princípio garante à pessoa o direito a uma vida digna que só é possível diante de condições mínimas de subsistência, ou seja, através da efetivação de direitos fundamentais como o direito à vida, à saúde, à educação, dentre outros imprescindíveis (CARVALHO, 2016, p. 6).

Neste sentido, a Declaração de Salamanca (1994) reforça a importância dos direitos humanos na educação. Está alinhada com os princípios dos direitos humanos ao defender que a educação deve ser um direito acessível e garantido para todas as crianças, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

O conceito de direitos humanos se expandiu para incluir uma gama cada vez mais ampla de direitos, refletindo as mudanças sociais, econômicas e tecnológicas ao

## **Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva: desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

longo do tempo.

Bobbio em sua obra “A era dos direitos” (1992), abordou a importância da luta pelos direitos civis, políticos e sociais ao longo da história, destacando a progressiva ampliação do conceito de cidadania e a busca pela igualdade e liberdade para todos os indivíduos. Também ressaltou a necessidade de garantir a proteção aos direitos humanos em meio as transformações sociais e políticas, enfatizando a importância da democracia e do estado de direito como pilares fundamentais para a efetivação desses direitos.

Norberto Bobbio (1992, p.24), falou desta inversão de visão dos direitos que ocorre através do reconhecimento dos direitos humanos naturais, acrescentando que o maior problema não é justificar esses direitos, mas protegê-los. As definições de direitos são fluidas e históricas, são constantemente modificadas porque, embora consideradas naturais desde o início, não são fixadas de uma vez por todas, são constantemente ampliadas à medida que surgem necessidades e interesses, mostrando que esses direitos são importantes para todos.

Tais direitos humanos, regidos pela Declaração dos Direitos Humanos trouxeram mudanças inclusive no campo da educação. Por isso, as instituições de ensino vêm amoldando-se para alcançar a todos os indivíduos, garantindo espaço à diversidade.

Conforme Duek (2006), essa demanda de inserção de alunos deficientes no ensino regular tem sido amplamente retratada no corpo de leis e documentos que conduzem o sistema educacional na atualidade: a constituição de 1988 que rege sobre a garantia, na rede regular de ensino, do atendimento educacional especializado a deficientes; a Lei brasileira 7.853, que prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial nos estabelecimentos públicos de ensino; o Estatuto da Criança e do Adolescente, reiterando os direitos garantidos na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1990), a Declaração de Salamanca (FOUCAULT, 1994), documento em que reafirma o compromisso com a Educação para todos, informando sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Brasileira (LDB), Lei nº 9394/96, na qual aponta que, aos deficientes, o ensino deve dar-se de preferência na rede regular de ensino.

Embora essas leis e documentos representem um avanço para a garantia da Inclusão, ainda observamos o quão desatualizadas estão as ações dentro das instituições, tanto físicas quanto curriculares.

Como primeiro passo para uma nova visão da educação para pessoas com deficiência, em 1994, o governo espanhol em parceria com a UNESCO, Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, finalmente promoveu a educação inclusiva em todo o mundo, intitulada "Declaração de Salamanca", que orientou o desenvolvimento de caminhos e atitudes rumo a uma educação de qualidade para todos os indivíduos.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Neste sentido, a Declaração de Salamanca (1994) iguala os direitos de todos os indivíduos no que se refere à educação de qualidade, na opinião de MRECH (1998), a escola inclusiva é um espaço no qual todos os alunos têm as mesmas oportunidades de ser e estar de forma participativa, onde as oportunidades e acessos educacionais e as características individuais sejam marcados pela igualdade entre as pessoas. Na sua escrita, a Declaração é iniciada com a seguinte ideia:

O direito de todas as crianças à educação está proclamado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e foi reafirmado com veemência pela Declaração sobre Educação para Todos. Pensando desta maneira é que este documento começa a nortear. Todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação. Os pais têm o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos. Declaração de Salamanca, 1994, p. 5 - 6).

Quando se trata de educação inclusiva, os direitos humanos entram em jogo

## **Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva: desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

ao assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, origens ou identidades, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente que respeite e valorize suas diferenças.

Para tanto, BRASIL (1997, p.17 e 18) vem para reforçar:

... as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados. (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Mantoan (1998, p.7), ressalta que [...] “o futuro da escola inclusiva está ao nosso ver, dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola para se adequar aos novos tempos.”

A relação entre direitos humanos e educação inclusiva é fundamental, pois a educação é essencial e a inclusão é um princípio central dos direitos humanos. A promoção da educação inclusiva está ligada a igualdade de oportunidades, respeito à diversidade e combate à discriminação, aspectos fundamentais dos direitos humanos.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar a importância da inserção dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares de ensino. Além de promover a diversidade e o respeito à individualidade, também oferece benefícios significativos para o desenvolvimento social, emocional e acadêmico de todos os alunos envolvidos. Além disso, contribui para a quebra de barreiras e estereótipos, promovendo uma cultura de respeito e aceitação da diferença.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o próprio Plano Nacional de Educação (PNE) foram consolidando e reafirmando a escola regular como o principal espaço para os alunos com deficiência.

No entanto, é importante ressaltar que a efetivação da inclusão requer não

apenas a presença física das crianças na sala de aula regular, mas também o fornecimento de suportes adequados, adaptações curriculares e formação continuada para os professores, de modo a garantir que todas as crianças tenham igualdade de oportunidades para aprender e se desenvolver plenamente.

Para que a inclusão seja uma realidade para todos os envolvidos, mostra-se necessário ainda rever uma série de barreiras. É preciso que haja uma união conjunta de esforços, envolvendo professores, comunidades e demais atores educacionais para criar um ambiente escolar inclusivo.

Nesse sentido, o olhar para o professor atuante na educação infantil no contexto inclusivo é de extrema importância, considerando que o desafio de promover a inclusão em salas de aula regulares pode ser desgastante e exigir um apoio significativo.

## **2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS:**

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, a inclusão educacional é respaldada por várias leis, dispositivos legais e políticas públicas, preveem que, aos alunos com necessidades educacionais especiais, sejam garantidos a educação e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição Federal estabelece o direito à educação inclusiva:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Artigo 205, Constituição Federal).

Ao complementar que todos têm direito a educação, ao atendimento especializado e a inclusão escolar, inclui-se a educação infantil. Definido como um pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, estabelece que “é dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

## **Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva: desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

A Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), reforça o direito à educação inclusiva na rede regular abrangendo a educação infantil na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, fornecimento de recursos e estratégias de acessibilidade, estímulo à participação das famílias no processo educativo, formação de professores e a organização das escolas para atender à diversidade de alunos, respeitando a diversidade e promovendo o seu pleno desenvolvimento.

O Decreto nº 7.611/2011 o qual dispõe sobre a educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências prevê que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar à escolarização, especialmente na rede regular de ensino para crianças com deficiência, transtornos globais e altas habilidades/superdotação.

O decreto destaca a necessidade de os sistemas de ensino assegurarem que as instituições de educação infantil estejam preparadas para acolher e prover o atendimento educacional especializado, bem como a disponibilização de recursos e estratégias que garantam a acessibilidade e a participação plena das crianças com deficiência na educação infantil, promovendo assim a efetiva inclusão dessas crianças no ambiente escolar.

Todas essas políticas devem orientar as práticas educacionais, com objetivo de promover formação continuada de professores, garantir recursos e apoio técnico pedagógico às escolas e estimular a criação de ambientes escolares que acolham a diversidade. Ao estabelecer diretrizes e metas para a promoção da educação inclusiva, tais políticas devem contribuir para o fortalecimento de uma cultura escolar que busca garantir o direito à educação para todos respeitando as diferenças,

tornando-se uma escola inclusiva e humanística.

## **2.2. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:**

A inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares na educação infantil apresenta diversas dificuldades para os professores. As leis e políticas preveem todo o suporte aos professores de educação infantil na rede regular dentro do contexto inclusivo. No entanto, a realidade nem sempre reflete as disposições legais existentes. Embora haja leis que preveem esse suporte, a implementação efetiva dessas medidas muitas vezes esbarra em desafios estruturais, falta de investimentos e carência de políticas públicas adequadas.

Diante da relevância da educação inclusiva destaca-se o papel do professor e os desafios enfrentados no dia a dia, com a ânsia de alcançar com êxito o direito à educação de qualidade para o desenvolvimento integral do aluno.

Os professores de educação infantil enfrentam obstáculos significativos no que diz respeito à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, tais como a falta de formação específica e contínua, escassez de recursos pedagógicos e ausência de apoio técnico especializado. Além disso, a sobrecarga de trabalho contribui para a dificuldade em atender às demandas da diversidade presente nas salas de aula.

Diante dessa realidade, é fundamental que haja um esforço conjunto entre poder público, instituições educacionais, profissionais da área e demais envolvidos para superar os desafios existentes e garantir que os professores de educação infantil recebam o suporte necessário para promover um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao desenvolvimento integral de todas as crianças, ao mesmo tempo em que oferecem suporte ao bem-estar do professor que atua frente a esses desafios.

### **2.3. NECESSIDADE DE SUPORTE E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES:**

Os professores desenvolvem um papel fundamental na construção de escolas inclusivas, e para realizar sua função social como educadores, necessitam adquirir habilidades e novos conhecimentos a fim de contribuir com práticas pedagógicas dinâmicas e inclusivas. Por isso, é de extrema importância de todo o sistema educativo, políticas públicas e da sociedade junto aos profissionais docentes em relação à Educação Inclusiva.

A sobrecarga do trabalho dos professores pode ter um impacto significativo no ensino e na aprendizagem dos alunos diante do contexto inclusivo, especialmente na educação infantil na rede regular de ensino. A exaustão resultante da sobrecarga e falta de suporte e apoio pode afetar a capacidade do professor de oferecer um ambiente acolhedor e estimulante para os alunos.

Segundo Prieto (2006), com o grande aumento de alunos com deficiência às classes comuns, o sistema de ensino vem exigindo investimentos, melhores formações para assegurar permanência e aprendizagem de alunos com deficiência. Assim, impondo novas exigências para educação inclusiva.

Diante disso, é crucial que as leis sejam respaldadas por ações concretas, incluindo investimentos em formação continuada para os professores, disponibilização de recursos adequados, suporte pedagógico especializado e estímulo à atuação de equipes multidisciplinares nas escolas. Também é importante promover uma cultura escolar que valorize a inclusão e que envolva ativamente as famílias e a comunidade no processo educativo.

É fundamental que as instituições educacionais reconheçam e abordem a questão da sobrecarga dos professores, proporcionando condições adequadas de trabalho. Ao aliviar a sobrecarga dos professores, é possível criar um ambiente mais propício para a implementação efetiva de educação inclusiva, beneficiando assim o ensino e a aprendizagem de todos os alunos.

É fato e preocupante que o tema esgotamento dos professores de educação infantil diante dos desafios de inclusão seja pouco abordado, considerando a importância e a complexidade da questão. A inclusão de crianças com necessidades especiais demanda um esforço adicional por parte dos educadores, e a falta de discussões e suporte adequados pode impactar negativamente a qualidade de ensino, o bem-estar dos professores e sua capacidade de exercer a profissão com excelência.

A cobrança em relação ao papel do professor diante da inclusão é frequente. No entanto, é crucial questionar: Onde está o olhar atento ao desgaste desses professores, que enfrentam demandas adicionais e desafios significativos ao promover a educação inclusiva?

Contudo, torna-se necessário, traçar estratégias mais amplas para auxiliar o professor em sala de aula. É essencial reconhecer o esforço desses educadores e buscar soluções que possam minimizar o desgaste emocional e físico enfrentado por eles. Isso inclui a implementação de políticas de suporte e valorização dos profissionais que se faça valer. A conscientização da sociedade sobre a importância do trabalho desses professores também é fundamental para garantir que recebem o apoio necessário para desempenhar o seu papel de forma eficaz e saudável.

Muitas vezes, a ênfase recai sobre as expectativas em relação ao desempenho do professor na inclusão, sem que haja um acompanhamento adequado do seu bem-estar e das condições em que desenvolve o seu trabalho. É fundamental que as instituições escolares e órgãos responsáveis pela educação estejam atentos além da performance do professor, também à sua saúde emocional, física e mental.

O apoio ao professor frente à inclusão deve incluir a criação de espaços para que eles possam expressar suas dificuldades, receber suporte emocional e compartilhar experiências. A conscientização sobre o desgaste dos professores de educação infantil frente à inclusão é fundamental para que sejam implementadas medidas efetivas de apoio e valorização desses profissionais, visando garantir um ambiente escolar mais saudável e propício ao desenvolvimento de práticas inclusivas de qualidade.

## **2.4. IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA:**

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, deve ser a porta de entrada para uma educação inclusiva, possibilitando o direito de todas as crianças ao desenvolvimento socioafetivo, físico, intelectual e, ao mesmo tempo, o avanço na construção do conhecimento, independentemente de suas diferenças, (BRASIL, 2005).

A formação continuada e especializada para os professores de educação infantil é um pilar essencial para o sucesso da inclusão na rede regular, contribuindo diretamente para o ensino e a aprendizagem eficazes na construção de práticas inclusivas, tendo em vista as fragilidades da formação inicial dos professores para o atendimento de alunos com deficiência.

O decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica determina:

São objetivos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica: VI - promover a formação de profissionais comprometidos com os valores de democracia, com a defesa dos direitos humanos, com a ética, com o respeito ao meio ambiente e com relações étnico-raciais baseadas no respeito mútuo, com vistas à construção de ambiente educativo inclusivo e cooperativo (BRASIL, 2016).

A formação dos educadores e a ampliação de seus conhecimentos favorecem, além do desenvolvimento infantil nos mais variados aspectos e a ampliação das experiências das crianças, a formação da cidadania, almejando uma educação de qualidade que contribua para a formação de sujeitos críticos, criativos, responsáveis, cooperativos, autônomos e participativos (FREIRE, 2014).

De acordo com Mantoan (2015, p.81):

Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis. [...] a inclusão escolar não cabe em uma concepção tradicional de educação. A formação do professor inclusivo requer o redesenho das propostas de profissionalização existentes e uma formação continuada que também muda.

O comprometimento dos sistemas de ensino com a formação continuada dos professores da rede regular na educação infantil, demonstra um compromisso com a promoção da educação inclusiva.

É importante que a sociedade e os profissionais da educação continuem a defender ativamente a importância da inclusão na educação infantil e pressionem por políticas que garantam o suporte necessário aos professores para que possam atender adequadamente às demandas inclusivas do ambiente escolar. A falta de apoio pode dificultar significativamente a capacidade dos educadores.

No entanto, também é crucial que haja mais pesquisas, debates e ações voltadas para compreender e defrontar as dificuldades enfrentadas pelos professores de educação infantil em contextos exclusivos. O reconhecimento desses desafios é o primeiro passo para implementar políticas e práticas que promovam um ambiente escolar mais acolhedor, equitativo e sustentável para todos os envolvidos, tornando-se um ambiente que valoriza o bem-estar dos profissionais como um todo, contribuindo para o sucesso de uma verdadeira “escola inclusiva”.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão educacional é um processo contínuo que exige a colaboração de professores, comunidades e outros atores educacionais para criar um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Este estudo destacou as dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Infantil ao incluir alunos com necessidades especiais nas salas de aula regulares.

Os desafios identificados incluem a sobrecarga de trabalho, a falta de suporte institucional, a escassez de recursos e a ausência de políticas eficazes. Essas barreiras impactam diretamente a saúde física, emocional e mental dos professores, comprometendo a qualidade do ensino oferecido.

Para superar esses desafios, é essencial implementar estratégias direcionadas que promovam um ambiente escolar mais acolhedor e propício ao

**Valorizando os Direitos Humanos na educação inclusiva:  
desafios e prevenção de estafas para professores de educação infantil**

Salete Szymonka e Everson Manjinski

desenvolvimento integral de todas as crianças. Isso inclui a oferta de suporte adequado aos professores, através de formação continuada, recursos adequados e condições de trabalho favoráveis. A valorização e o reconhecimento dos esforços dos educadores são fundamentais para minimizar o desgaste emocional e físico enfrentado por eles.

As políticas públicas devem ser direcionadas para atender às demandas complexas da educação inclusiva, garantindo que os professores recebam o suporte necessário para desempenhar suas funções com excelência. Além disso, a conscientização da sociedade sobre a importância do trabalho desses profissionais é crucial para garantir que eles recebam o apoio necessário para promover uma educação de qualidade para todos.

Este estudo contribuiu para a compreensão dos desafios da educação inclusiva na Educação Infantil, mas reconhece-se que mais pesquisas são necessárias para aprofundar essa temática e buscar soluções inovadoras. A continuidade das discussões e a implementação de práticas inclusivas são passos essenciais para a construção de um sistema educacional mais equitativo e humanístico.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. A Era Dos Direitos. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 13ª Tiragem, Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 16 de junho de 2024.

CARVALHO, J. D. Educação em direitos humanos: possibilidades e contribuições à formação humana. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49804/educacao-em-direitos-humanos-possibilidades-e-contribicoes-a-formacao-humana>. Acesso em: 12 de junho de 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

DUEK, V. P. Docência e inclusão: reflexões sobre a experiência de ser professor no contexto da escola inclusiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria-RS, 2006.

FREIRE, A. Formação de educadores em serviço: construindo sujeitos, produzindo singularidades. In: KRAMER, S. et al. (Orgs.). Infância e Educação Infantil. Campinas: Papirus, 2014.p. 77-99.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Ensino inclusivo/educação (de qualidade) para todos. Revista Integração, nº 20, p. 29-32, 1998.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais/ Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC, 1997.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução. [4. ed.]. Brasília: 2005. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2024.

Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009. BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de Novembro de 2011.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? Revista Integração. Brasília, ano 08, n. 20, p. 37-39, 1998.

Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm). Acesso em: 17 de junho de 2024.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Valéria Amorin Arantes (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. 2.ed. São Paulo: Summus, 2006.

]